

HISTÓRIA LOCAL E ORAL A PARTIR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Cristhiane Sampaio Aragão Fontenele¹

Eliane Cristina Leite dos Santos²

Antonio de Assis Cruz Nunes³

RESUMO

O artigo tem como finalidade trazer a discussão sobre a essencialidade da história local e oral a partir das relações étnico-raciais nas escolas públicas, para a formação integral dos sujeitos e de uma sociedade mais digna. Diante disso, o debate acerca da história local e oral para a formação dos alunos com sujeitos sociais, fica em evidência que ainda existe um longo percurso a ser percorrido para rompimento da dicotomia existente entre os dois grupos que constituem a nação brasileira. O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre o ensino de História local e oral a partir das relações étnico-raciais nas escolas públicas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com aporte teórico em: Barros (2013), Fonseca (2006), Viana (2016), entre outros. O caminho trilhado na construção do artigo buscou conceituar história local a partir do que no texto foi destacado como história do lugar. Os griôs: transmissores da tradição oral e preservadores da história local, assim como, a história local é desenvolvida na escola pública. Na década de 70, o ensino de história se configurou com cunho mais centrado na oralidade e transmissão dos saberes, crenças e mitos dos povos, respeitando o caráter da história local e nacional. Concluímos que a valorização das memórias das comunidades tradicionais possibilita uma compreensão dialógicas sobre a relevância do ensino de história local e dos autores desta história, colocados à margem da história oficial.

Palavras-chave: História local e oral. Griôs. Escola Pública.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de como as relações étnico-raciais podem ser trabalhadas a partir da história local e oral, ampliando a visão da cultura afro-brasileira, nas escolas públicas. A inquietação para produção deste artigo surge a partir da realidade experienciadas pelas pesquisadoras enquanto professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A relevância desse tema se deve principalmente como se afirma no exposto abaixo:

Ao destacar e lutar pelo reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira e cobrar mudanças na prática e no currículo escolares o Movimento Negro traz para o debate público diferentes interpretações sobre a diversidade e politiza a

¹ Mestranda do Curso de Gestão do Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, cristhianesaf@hotmail.com;

² Mestranda pelo Curso de Gestão do Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA,, negra.cristina79@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, antonio.assis@ufma.br.

existência múltipla, variada e dinâmica da população brasileira (GOMES, 2007, p. 107).

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre o ensino de História local e oral a partir das relações étnico-raciais nas escolas públicas. Metodologicamente, é de caráter bibliográfico pois “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2008, p. 50).

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Desse modo, a metodologia utilizada partiu de uma revisão de literatura com o aporte teórico em: Barros (2013), Fonseca (2006), Viana (2016), entre outros.

Desse modo, os textos lidos e estudados auxiliaram sobre como as práticas docentes refletem principalmente no combate à alienação sobre a relevância da história local e oral como ponto de partida para as aprendizagens da história no dia a dia da escola.

HISTÓRIA LOCAL: O que é?

Neste primeiro momento, será abordado o entendimento do que é história local. Então de acordo com Barros (2013, p. 314)

A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional.

Nesta perspectiva, essa modalidade de estudos históricos permite que o alunado consiga construir sua identidade e conhecer seus direitos e deveres enquanto indivíduos sociais. Então, quando se fala em história local não podemos colocar no esquecimento a questão da oralidade que é repassada de geração em geração.

Quando falamos do ensino de História, já não vemos mais a história apenas como a repetição de fatos históricos, mas como um espaço de diálogo entre os pares, e as aprendizagens históricas “não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares” (FONSECA, 2006, p. 127). Assim, a possibilidade de relação entre os participantes que parecem não haver ligação entre si,

mas, que na realidade existem relações entre os diversos grupos sociais constituintes de histórias do passado e presente. (BARROS, 2013).

De acordo com Samuel (1989) a história local vem acompanhada de um legado que está intrínseco a realidade diária, revelando as marcas históricas e culturais das comunidades, deste modo, as mudanças mostradas por todo o espaço existentes destacam a força popular dos sujeitos constituintes destas comunidades, pontuam sobre suas experiências de vidas, repassando os conhecimentos populares para as novas gerações.

Neste segundo momento, a História Local tem sido postulada como a história do lugar, assim, de acordo com Barros (2013, p. 307), “o objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos e o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços”. Deste modo, o processo educacional deve-lhes possibilitar práticas pedagógicas que permitam a reflexão acerca dos problemas constituintes de seus grupos sociais e que venham desenvolver as habilidades pertinentes ao seu desenvolvimento integral.

GRIÔS: transmissores da tradição oral e preservadores da história local

Conforme Barzano (2009), numa parte da África, precisamente no noroeste, na região do Mali, ainda vivem anciões que visitam aldeias, contando histórias, cantando, recitando poesias e até mesmo mediam desavenças entre as grandes famílias e são chamados de griots. São grandes sábios, que transmitem sabedoria da tradição oral.

A palavra *griô* de acordo com Porto (2016) ao ser incorporada à cultura brasileira teve seu sentido ampliado, sendo agregadas ao ofício do *griô* outras ações, como dramaturgia, danças, além da contação de histórias, mas sem perder a sua essência, quanto à valorização de repassar os conhecimentos.

As experiências adquiridas ao longo do tempo, os conhecimentos repassados no cotidiano, e o respeito adquirido pela postura de liderança, faz dos velhos comunicadores, ou griôs, em referências que muitos buscam, seja para conhecer a história, a vivência, os costumes e a identidade de um povo, como também para entender o cotidiano da comunidade.

Seguindo o que diz Pacheco (2015, p. 76), “o Velho Griô tem em suas referências simbólicas, espirituais e ancestrais negros, índios, portugueses, grupos étnicos do Brasil”. Sua roupa reflete o reiseiro, o sertanejo, o tocador rural, o político e seus símbolos traduzem a diversidade de sua caminhada e aprendizagem.

O griô se baseia na tradição oral para a transmissão de vivências e saberes culturais de uma comunidade. O mestre griô é reconhecido por, coletivamente, transmitir ensinamentos de geração em geração, com uma identidade própria de um povo, e inclusive com uma potência expressiva pedagógica em tais ensinamentos; Quando dizem que você é um griô, significa que você se comprometeu a guardar as histórias, a guardar uma genealogia, e viver como um registro vivo, com instrumentos, elementos e rituais de iniciação. É como um historiador que trabalha com o canto e a memória (NUNES, 2018, p.1).

Percebe-se o quão é valioso e indispensável os relatos históricos quando nos deparamos com o processo de reconhecimento das comunidades étnico-raciais, para conseguir a tão sonhada conquista da certidão e título das terras dos territórios a que pertencem, onde são necessários um estudo antropológico para validar e da posse aos moradores das comunidades tradicionais, no entanto, as primeiras fontes a serem percorridas, são as escutas da história local, e os principais autores são os anciões que carregam consigo um memorial escrito no decorrer de sua longa vida.

Para adentrar no histórico de ocupação da área pleiteada é necessário compreendermos quais sujeitos que deram origem ao território, e a partir disso, como se desenvolveu a dinâmica de ocupação destes lócus [...] A partir desta perspectiva me proponho aderir à potência das narrativas temporais dos moradores destas comunidades e áreas próximas, a fim de compreender como estes sujeitos compreendem a dinâmica de ocupação do território. São estes relatos, juntamente com a devida contextualização e análise documental, que irão fundamentar o processo ocupação do território tão necessário à construção deste relatório (INCRA, 2018, p. 48).

Dessa forma, compreende-se a importância da promoção e registro dos diálogos, assim como a necessidade de valorizar os conhecimentos dos mais velhos sobre a história local, os costumes, a cultura, as experiências adquiridas ao longo de sua história, como também os ensinamentos por eles recebidos daqueles que os antecederam.

O processo educacional desenvolvido nas escolas pertencentes aos territórios tradicionais segue ou deveria seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), onde esta sempre busca estabelecer uma relação direta com a comunidade em que está inserida. E trazer para o cotidiano da sala de aula experiências vivenciadas pelos mais velhos, certamente despertará um maior interesse entre os alunos em saber a história e os feitos de seu povo.

O que é a Pedagogia Griô? É uma pedagogia da vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a



elaboração do conhecimento. Essa abordagem de aprendizado é um projeto de vida que tem como foco o fortalecimento da identidade e a celebração da vida (PENZANI, 2020, p.1. Grifo do Autor).

Trazer dinâmicas de escutas para desenvolver o ensino no âmbito escolar, são metodologias que aproximam a comunidade ao processo de ensino aprendizagem, é mostrar ciência de quão é necessário discutir as temáticas de valorização da população negra, e o interesse pela sua história de enfrentamento e superação.

Compreender a importância do diálogo entre a escola e a população do entorno, valorizar a história local, entender a necessidade de respeitar os costumes e tradições populares e fortalecer a identidade étnico-racial, torna-se essencial para a construção do conhecimento alicerçado, pronto para formar indivíduos capazes de combater as mazelas constituídas com os resquícios de um passado escravagistas, que seguem direcionamentos euro centristas.

COMO A HISTÓRIA LOCAL É DESENVOLVIDA NA ESCOLA PÚBLICA

Desde os primórdios civilizatórios o ser humano procura conhecer sua origem e raízes. Diante desta assertiva os autores Souza e Santos (2019, p. 1) diz que, “mesmo não dominando a escrita, diversos povos deixaram seus vestígios, suas marcas, que indubitavelmente contribuíram para o registro de diversas civilizações”. Desse modo, a necessidade da transmissão dos conhecimentos históricos de cada comunidade tradicional ficou a cargo das pessoas mais velhas.

Porém fica o questionamento de como a escola pode contribuir para a propagação da cultural e tradição destes povos? Partindo desta inquietação, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o funcionamento da educação pública ofertada nas comunidades tradicionais, com o intuito de entender como a história local e oral são transmitidas para as novas gerações a partir da contribuição do sistema educacional público.

A educação pública brasileira apresenta em seu percurso histórico uma variedade de contextos que não atenderam e não atendem as reais necessidades das minorias, ou seja, perpetrando “uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade” (SOUZA e SANTOS, 2019, p. 1).

Os direitos são garantidos por lei. Os documentos oficiais como a Constituição Federal de 88, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais

foram instituídos e trazem em seus textos as necessidades de se pensar um currículo que atenda as realidades de cada comunidade. Contudo é sabido que o caminho percorrido até aqui é vagaroso, e as leis ainda não proporcionaram avanços significativos deste modo, “o compromisso da história local é com a construção de um universo plural que evidencia a necessidade do ensino e aprendizagem histórica reconhecadora do valor de todos os sujeitos sociais”. (VIANA, 2016, p. 24).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 09) a História Local é descrita como um “recurso pedagógico privilegiado [que] possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”. Assim não é apenas uma preocupação, mas a importância de se ter um currículo pensado para atender a cada comunidade.

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (BRASIL, 1997, p. 40)

De acordo com a citação, a história local auxilia na propagação do legado histórico das gerações passadas e suas influências sociais para o reconhecimento de suas origens e raízes históricas, e “a compreensão das singularidades desse lugar faz parte de um processo de formação de sujeitos mais conscientes e críticos, preparados para a experiência e a prática da cidadania”. (VIANA, 2016, p. 24).

A partir da década de 70 a história adquiriu uma conotação, mas voltada para atender as camadas populares em relação a educação elitista. Assim, o ensino de história se configurou com cunho mais centrado na oralidade e transmissão dos saberes, crenças e mitos dos povos, respeitando o caráter da história local e nacional. Diante da evolução educacional, os conteúdos de história romperam com o ensino eurocêntrico, tornando plausível pesquisar e estudar o legado africano em nossa sociedade. (VIANA, 2016).

Mediante as leituras observamos que, a história local com eficácia no cotidiano escolar precisa levar em consideração a realidade do aluno, assim, valorizar as experiências de vida de cada sujeito da escola. Com essas perspectivas o ensino da história local “não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica, que trate metodologicamente os conteúdos a partir da realidade local”. (HORN; GERMINARI, 2006, p. 120).

Nesse contexto, a função do profissional professor de acordo com Fonseca (2006, p. 127) é pertinente sua construção enquanto ser social.

Nós, professores, não apenas estamos na história, mas fazemos, aprendemos e ensinamos História. A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas.

O texto ressalta que a interação entre os sujeitos constituintes desta história e as marcas presentes nesta relação, possibilitam um processo histórico vivido e rico em práticas educativas no ambiente escolar. De igual modo, a mediação entre os espaços onde favorecem a aprendizagem histórica permitem que os alunos desenvolvam o princípio de alteridade.

A fragmentação dos espaços onde acontecem o estudo da história local acabam dificultando as aprendizagens dos estudantes, assim “o trabalho pedagógico em sala de aula pode contribuir para melhor inserção dos alunos na comunidade, identificando seus problemas, suas características, as mudanças e permanências do local”. (FONSECA, 2006, p. 134).

A história nesse interim deixar de ser homogênea e passa na privilegiar a comunidade como um todo é não a fragmentação deste ambiente social. E de acordo com Fonseca (2006), o objetivo como professores e preparar as novas gerações para serem cidadãos capazes de entender a sociedade em que vivem. Romper com a dicotomia existente entre os pares que constituem nossa nação, é caminhar no sentido de transformar a realidade, produzindo assim “uma atitude crítica e ativa de professores e alunos”. (FONSECA, 2006, p. 135).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa traz uma reflexão a partir do estudo da história local e oral para a formação do sujeito como membro ativo da sociedade e sobre como a ação do educador no trato das informações gerenciadas pelos grêos, são essenciais para a formação das novas gerações.

A história local permite aos alunos sentirem-se parte integrantes de uma sociedade e não apenas espectadores de sua própria história. Que pode dá continuidade aos processos de decolonialidades, dentro do contexto educacional.

A valorização das memórias das comunidades tradicionais possibilita uma compreensão dialógicas sobre a relevância do ensino de história local e dos autores desta história, colocados à margem da história oficial.

REFERÊNCIAS

- BARROS, C. H. (2013). Ensino de História, memória e história local. **Revista De História Da UEG**, 2(1), 301-321. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451>
- BARZANO, Marco Antonio Leandro. **Griôs: A sabedoria dos velhos africanos na cidade de Lençóis/BA**. Ensino em Re-Vista, 16(1): 245-257, jan./dez. 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC / SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-cmc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> acesso em: 10 jun. 2021
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. IN GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.
- HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. História local, arquivos familiares e o ensino. In: _____. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico da comunidade Lago do Coco**, São Luís/MA: 3R Tecnologia Ambiental; INCRA-MA, 2018.
- NUNES, Ronayre. O movimento griô transmite ensinamentos, de geração em geração, por meio da oralidade. **Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/12/12/interna_diversao_arte,724615/conheca-o-movimento-grioo.shtml
- PACHECO, Lilian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. In PACHECO, Lilian; BATTISTELLA, Roberta Navas; BAIRON, Sérgio (org.). **Diversitas: Dossiê pedagogia Griô**, FFLCH/USP, São Paulo, ano 2, n. 3, 2014-2015, pp. 22-99.
- PENZANI, Renata. **Pedagogia Griô: uma educação feita de vínculos e ancestralidade**. Lunetas/ Múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias. 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/pedagogia-grioo>



PORTO, Helânia Thomazine. A importância de Griôs na socialização de saberes e de fazeres da cultura. Processocom. 1 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.processocom.org/2016/06/01/a-importancia-de-griôs-na-socializacao-de-saberes-e-de-fazer-es-da-cultura/>.

SOUZA, José Clecio Silva de; SANTOS, Conceição. Contexto histórico da Educação brasileira. Revista Educação Pública, v. 19, nº12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**. 1ª EDIÇÃO, INTA, Sobral/2016. *E-book*.